

O Lazer no Cotidiano da Comunidade Goiti

Fernanda M. Haddad *

Este artigo enfoca o papel do lazer na vida cotidiana de moradores de uma antiga favela, localizada na Zona Leste da cidade de São Paulo – a favela Goiti, que em 1996, foi incluída na Fase III do Projeto Cingapura¹. O Projeto de Urbanização de Favelas com Verticalização/ PROVER – que se tornou conhecido como Projeto Cingapura por se dizer inspirado na experiência de reformulação urbana da cidade de Cingapura – foi lançado em 1993, pelo então prefeito Paulo Salim Maluf, após ter paralisado todos os projetos públicos habitacionais em andamento.

A fim de apreender as limitações e virtualidades do lazer da comunidade no cotidiano da cidade de São Paulo, a pesquisa explorou as práticas e representações do lazer dos moradores desta favela no contexto das transformações espaciais nela ocorridas. Procedeu-se ao levantamento empírico durante os anos 1997 e 1998, quando o Projeto Cingapura estava sendo implantado no local.

A opção metodológica por discutir o lazer dentro do contexto das transformações espaciais da Favela encontrou na contribuição de Henri Lefebvre o suporte teórico necessário.

Segundo o autor, o espaço adquiriu, ao longo do estabelecimento do modo de produção capitalista, uma posição original na constituição social: é, ao mesmo tempo, produto das ações sociais e estrutura para as mesmas.

Ao refletir sobre o espaço urbano contemporâneo, Lefebvre aponta os processos de fragmentação, homogeneização e hierarquização como suas características intrínsecas. Enquanto a fragmentação refere-se à parcelarização da terra para a troca mercadológica, a hierarquização pressupõe a distinção dos espaços. A homogeneização objetiva a eliminação das diferenças, as quais permanecem somente às margens do domínio homogeneizante, como no caso das favelas. Os três processos são resultado do controle do espaço pelo poder político e exprimem a *abstração* a que o espaço passa a se submeter no capitalismo (Lefebvre, 1998).

A gênese do lazer contemporâneo encontra-se no século XIX, no capitalismo de concorrência, quando, conforme Lefebvre (1991a), foi estabelecido o reino da cotidianeidade, marcado por novas formas de exploração da força de trabalho. Assim, o lazer, intrinsecamente ligado ao trabalho e à vida privada no mundo moderno, constitui-se em elemento de

uma totalidade: a vida cotidiana. Contudo, o lazer possui um caráter contraditório em relação a si e à cotidianeidade. Essa contradição decorre do fato de o lúdico pertencer ao campo dos irreduzíveis, que, de acordo com o quadro teórico, referem-se às qualidades inerentes ao homem. Assim, apesar do lazer ter se configurado numa mercadoria, produto da sociedade burguesa industrial, ele pode (ou não) conter o lúdico. Observe-se ainda que, embora o lazer se encontre ligado à instauração da sociedade burguesa industrial, as representações do mesmo podem ter diferentes genealogias, algumas, inclusive, oriundas de um passado mais remoto.

O caráter contraditório do lazer pode ser apreendido através do estudo de suas representações, uma vez que a análise crítica das mesmas permite selecionar as que exploram o *possível* contra aquelas que o bloqueiam (Lefebvre, 1983).

A representação é uma mediação entre o *vivido* e o *concebido*. O *percebido* corresponde a um nível de entendimento do mundo e funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades. Assim, a representação, definida por sua relação com o *vivido* engloba também a

ideologia. Substituindo coisas, produtos, obras, relações, a representação não é aparência reificada, mas acaba se tornando socialmente concreta (Lutfi et alii, 1996:92).

A análise crítica das representações do lazer dos moradores da comunidade Goiti buscou apontar as percepções ligadas à ideologia. Através dessa análise, buscou ainda apreender alguma mediação entre o vivido e o concebido que apontasse para uma virtualidade, para um *possível*.

FORMAÇÃO DA FAVELA GOITI

A Favela Goiti localiza-se na Zona Leste da cidade de São Paulo, no distrito de Itaquera, nas proximidades da Estação de Metrô Corinthians-Itaquera. No entorno da Favela, estão os bairros Guaianazes, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo, Vila Matilde, Artur Alvim e Cidade Líder. Um pouco mais distante, situam-se Penha de França, São Mateus, Cidade Tiradentes e Itaim Paulista. Uma região marcadamente pobre. A área mais pobre da Zona Leste.

A história da ocupação da região da Favela Goiti tem características peculiares. Por volta dos anos 40 do último século, na Zona Leste, existiam ainda vastas áreas desocupadas, não apenas nos arredores de locais já adensados como Moóca, Belém, Tatuapé e Penha mas, sobretudo, nos espaços mais no extremo leste, onde atualmente está situada a Favela Goiti e os bairros de seu entorno.

O acesso da Zona Leste ao Centro dava-se pelos trens suburbanos e pelas avenidas Rangel Pestana (Centro-Brás) e Celso Garcia (Brás-Penha), onde se concentravam as linhas de ônibus. A Estrada de São Miguel ligava a Penha aos bairros situados

mais à leste.

O espaço passou a ser explorado por loteamentos, destinados aos segmentos sociais pobres. Aliada à ideologia da casa própria, a Lei do Inquilinato de 1942 desestimulou a imobilização de capital no mercado de locação, contribuindo decisivamente para que a ocupação da Zona Leste ocorresse através do tripé loteamento periférico / casa própria / auto-construção.

Essa forma de ocupação significava que a população adquiria terrenos (quase sempre desprovidos de infra-estruturas) e levantava suas casas, à margem de qualquer legislação, na medida em que se consolidava, na década de 40, a "vista grossa" do Estado sobre formas alternativas e precárias de habitação, ou seja, proliferavam os loteamentos clandestinos e iniciava-se a estruturação de favelas em São Paulo.

Nos anos 50, a segregação espacial - processo segundo o qual as diferentes camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole (Villaça, 1998) - se fazia nítida na cidade de São Paulo. O quadrante sudoeste configurava-se como o concentrador da população de mais alta renda e a Zona Leste como a grande região desfavorecida da cidade. Com atividade industrial pouco expressiva e distante dos principais centros de compras e de empregos da cidade, na década de 60, sua população deslocava-se diariamente para trabalhar em áreas da Grande São Paulo onde se concentravam as indústrias e os serviços.

Devido à sua localização, quando, na década de 70, explodiu o processo de favelização na cidade de São Paulo, a Zona Leste não foi uma região especialmente atraente para esse tipo de assentamento (como o foram as regiões sul e sudeste). Contudo, sendo

uma área marcadamente pobre, cuja expansão se deu nos moldes do padrão periférico de crescimento, também comportou a formação de favelas. No final da década de 70, continha 7,40% do total de favelas do município. Em 1993, essa taxa atingiu 14,53% (Taschner, 1996).

O início da formação da Favela Goiti data de 1977, de acordo com documento da Secretaria de Habitação. A área por ela ocupada, pertencente ao poder municipal, faz divisa com as ruas Goiti, Puraquê e Tucuxi. A ferrovia a delimita ao fundo. O seu entorno consiste em loteamentos com casas simples. As movimentadas avenidas Águia de Haia e Campanella, no alto da rua Goiti, concentram o corredor de ônibus e a zona comercial.

A Favela surgiu quando as avenidas Águia de Haia e Campanella já estavam abertas e algumas linhas de ônibus propiciavam o acesso à região. A questão da facilidade de acesso a outros bairros da Zona Leste e das dificuldades de acesso às áreas centrais da cidade aparece bem definida no depoimento de antigos moradores. A solicitação das ligações de luz e água também é rememorada por eles. Documentos do setor de planejamento da Secretaria da Habitação registram a data do pedido: 1980.

O grande adensamento da favela, se deu com as obras e a inauguração do metrô Corinthians-Itaquera (em 1987), cuja linha é paralela e bastante próxima da trilha ferroviária que delimita a área pública que foi ocupada pela Favela.

O processo de ocupação da Favela Goiti deu-se de forma clássica. Inicialmente, muitos apropriaram-se de um lote, delimitando-o com madeirite e construindo um barraco. Logo em seguida, um conhecido grileiro da região passou a construir incessantemente no local, tornando-se o maior proprietário e locatário de

habitações na Favela Goiti. Com esse processo, surgiram outros empreiteiros que também investiram para vender ou alugar. Muitos daqueles que compraram uma habitação também procuraram expandir sua propriedade a fim de construir para sublocar. Desta forma, os barracos foram se extinguindo na Favela Goiti e, nos anos 80, os terrenos haviam se tornado disputados e valorizados. O mercado imobiliário instituído era validado por certidões de posse, as quais eram emitidas em função da Lei de Usucapião².

TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO: O PROJETO CINGAPURA E AS LUTAS DA COMUNIDADE

Em 1996, a Favela Goiti foi selecionada para a Fase III do Projeto Cingapura. Os primeiros prédios haviam sido inaugurados em 1994 em meio a intenso investimento publicitário por parte da Prefeitura Municipal.

O Cingapura significou um retorno às intervenções municipais em habitação realizadas sem participação popular. Seu projeto arquitetônico é padronizado, referindo-se a uma proposta de verticalização para todo e qualquer espaço, com a mesma tipologia de edificação. Apesar disso, não se pode negar que, para muitos, a mudança para um apartamento significava a perda do estigma de "favelado". Residir num edifício, similar àqueles comprados por segmentos menos favorecidos da classe média, representava a possibilidade de mudança de status social. A ideologia da aquisição de um apartamento pelo favelado foi muito bem explorada pela mídia.

Todavia, era alto o índice de

rejeição ao Cingapura entre os moradores da favela, uma vez que o Projeto desconsiderava aspectos importantes do cotidiano de seus habitantes. O pequeno comércio local não era incorporado ao programa. Assim, para uns, passar para um apartamento representava a impossibilidade de manter o sustento financeiro, obtido com trabalho nos negócios da favela: bares, mercadinhos, sorveterias, casas de concertos em geral, etc.

Um segundo aspecto que contribuía para a rejeição ao Cingapura era o fato de a Prefeitura desconsiderar o investimento financeiro já existente na área. Muitos moradores sentiam-se prejudicados na medida em que, tendo gasto dinheiro na aquisição ou construção de suas moradias (das quais, em geral, se orgulham muito), viam-se obrigados a perder tudo o que tinham para começar uma nova dívida.

Aos poucos, configurou-se na Favela Goiti uma liderança que buscava apoio de entidades que agregassem os movimentos de descontentamento com o projeto Cingapura.

Sendo habitada majoritariamente por classes populares, a Zona Leste apresenta várias frentes de luta por moradia. Aí é marcante o trabalho pastoral da Igreja Católica. A Paróquia de São Miguel Paulista tem congregado os movimentos sócio-político-culturais da região, através de um sacerdote de grande influência e prestígio, conhecido por Padre Ticão.

Além do apoio da Igreja, os moradores da Goiti foram conduzidos por assessores de um vereador do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Movimento de Defesa de Favelados/MDF, entidade cujo papel foi importante nos movimentos sociais dos anos 80, e que, na década de 90, dava suporte a 30 favelas em suas negociações com o Poder Público.

Com o apoio do MDF e do padre Ticão, a liderança da Favela Goiti criou a Associação de Moradores do Empreendimento da Nova Goiti. A Nova Goiti marca, portanto, um novo momento na história dessa favela, qual seja, o da organização de seus moradores.

Os líderes da Associação de Moradores da Nova Goiti - que faziam o contato com o MDF e participavam das reuniões com a Prefeitura e a Diagonal, (empresa contratada pelo poder municipal para executar o Projeto Cingapura) - passaram, então, a lutar por um projeto que não apenas implantasse prédios, mas destinasse parte da área a lotes urbanizados, isto é, a reivindicar um projeto misto de urbanização. A pressão de diversas associações de favelas possibilitou que essa aspiração - bandeira erguida não somente pela Goiti - fosse concretizada.

A primeira providência da Diagonal para a implantação do projeto foi fazer um cadastramento dos moradores da Favela que teriam direito a um apartamento nos prédios do Cingapura ou a um lote na área urbanizada. Todas as famílias moradoras da Favela no momento do levantamento teriam direito a uma habitação. Em seguida, seria feito o "congelamento" dos arrolados, ou seja, ninguém mais entraria nessa seleção. Mas o arrolamento dos que teriam direito a uma habitação própria envolveu uma série de complicações. Por exemplo: enquanto ele era realizado, um conhecido grileiro na Favela continuava vendendo ou alugando lotes e cômodos. Esses compradores/inquilinos não foram incluídos no cadastramento realizado.

Outros casos de não arrolados referiram-se a famílias que, apesar de atenderem ao critério utilizado, foram omitidas do levantamento. Isto porque, morando no mesmo domicílio que

outra, não contaram com a presença de nenhum de seus membros no dia do levantamento e, por motivos variados, também não foram mencionadas pela família com quem repartiam o lote e que se cadastrou.

Diversas outras situações ainda ocorreram. Depois do arrolamento, muitos casais se separaram e constituíram uma nova família. Alguns jovens que até então iriam morar com a família se casaram, etc.

Em virtude de terem surgido muitos imprevistos no arrolamento e, conseqüentemente, muitas manifestações de descontentamento por parte da população, a Diagonal recorreu ao "estudo de caso", que dependia de aprovação na Prefeitura. Esse estudo correspondia à análise, por parte da Prefeitura, de problemas particulares não previstos a princípio pelo Poder Público e que poderiam ser considerados a partir do encaminhamento de uma documentação que comprovasse a necessidade de apreciação. Esse recurso, utilizado até o fim do trabalho da empresa na área, levou a um considerável aumento do número de arrolados.

Após o cadastramento, foi feita a votação para saber quantos prefeririam apartamentos ou lotes. Inicialmente, apenas 46% optaram pelos prédios. Contudo, como as votações eram repetidas de tempos em tempos, foi aumentando o número dos que optavam por apartamentos.

A inauguração dos primeiros prédios do Cingapura Goiti ocorreu em novembro de 1997. Foram iniciadas, então, as obras de assentamento da rede de esgoto da área a ser urbanizada e, em agosto de 1998, apresentado o projeto de urbanização à população.

O terreno da área a ser urbanizada tem suas laterais em uma altitude mais elevada, sendo que, em direção ao centro, as curvas de nível eram

decrecentes, formando uma espécie de bacia. O projeto de urbanização compreendeu a remoção de todas as habitações localizadas na encosta e na parte central plana do terreno, fazendo permanecer apenas as situadas nas laterais ao nível da rua, o que implicou no surgimento de uma enorme área sem destinação no projeto.

O espaço que ficou sem destinação no projeto transformou-se então em objeto de reivindicações por parte da Associação de Moradores da Nova Goiti. Os assistentes sociais da Prefeitura incentivaram as lideranças a reivindicar junto ao próprio poder municipal a construção de uma creche. Assim sendo, foi encaminhado um requerimento para a Secretaria do Bem Estar Social do Município solicitando uma creche municipal na área. O grande espaço que a comportaria aparecia nas plantas cortado por uma rua, correspondendo, portanto, a duas áreas que poderiam ser ocupadas. O edifício aparecia implantado na menor. Para a maior, a Prefeitura continuava não propondo nada.

Após muitas reuniões, a Associação de Moradores do Empreendimento Nova Goiti decidiu que a área maior deveria abrigar famílias de não-arrolados e suprir outras carências sociais. Estabeleceu-se, então, que, além da creche, seria extremamente importante a implantação de um loteamento (destinado à habitação), uma escola de primeiro grau (de porte pequeno) com uma quadra poliesportiva, um posto de saúde e um centro de convivência com espaços para oficinas e cursos. Logo, a Associação, em parceria com o MDF, elaborou um contra-projeto fundado na proposta da comunidade sobre a utilização da área.

O loteamento previsto no contra-projeto correspondia a 40 lotes de 75m² cada um, onde seriam abrigadas 80 famílias, através da construção de

habitações sobrepostas. Pretendia-se conseguir junto à Prefeitura o financiamento de cestas de material para a auto-construção. A creche, a escola de primeiro grau e o posto de saúde também seriam da alçada do Poder Público. O financiamento do centro de convivência, por sua vez, seria buscado junto ao setor privado. Nessa última empreitada contaram com o apoio do Padre Ticão.

Em outubro de 1998, a Associação encaminhou ao Secretário da Habitação o contra-projeto elaborado pela comunidade, composto de um memorial justificativo, uma planta com a implantação do loteamento e dos equipamentos sociais e uma planta-tipo da habitação sobreposta.

Sobre a criação dos lotes para atender os não arrolados, a Prefeitura mostrou-se intransigentemente contra. Contudo, incorporou a idéia para atender a arrolados que não haviam recebido uma habitação. Isto porque, no final das contas, não houve quantidade suficiente de lotes ou apartamentos. Assim, para esses arrolados, a Prefeitura, antes da conclusão do projeto, providenciou alojamentos provisórios em "containers". A solução para a situação deles estava na dependência da aprovação do loteamento com casas sobrepostas (como constava no contra-projeto) ou da transferência dos mesmos para outro Cingapura.

Os últimos apartamentos do Cingapura foram entregues em março de 1999. No mês seguinte, a Diagonal encerrava suas atividades na Favela Goiti. Todas as pendências, a partir dessa data, passaram a ser discutidas diretamente com os técnicos da Prefeitura.

Em maio de 2000, alguns meses após a posse da prefeita Marta Suplicy (que buscava reincorporar a participação popular interrompida nas duas últimas gestões), os moradores da

Goiti foram informados que o loteamento com casas sobrepostas para arrolados tinha sido aprovado e seria iniciada a construção da creche e a da escola.

Assim, apesar de o Projeto Cingapura não ter sido decorrência de uma co-gestão entre o poder público e as associações de moradores mas se referir a um projeto imposto e padronizado que desconsiderava aspectos sócio-culturais da população a que se destinava, muitos moradores da Goiti não ficaram passivos à ação do Estado. Com a intervenção municipal na favela, emergiram lideranças locais, ocorreu a aproximação da comunidade com o MDF e foi criada a Associação de Moradores do Empreendimento Nova Goiti que se mobilizou em busca de um contra-projeto.

Logo, se a vida social da Favela já se configurava espacialmente como uma forma de resistência, a luta da comunidade consistiu num enfrentamento efetivo às forças de homogeneização do espaço. Cabe indagar: o estudo das práticas e representações do lazer de moradores da Favela Goiti poderia indicar um novo uso do espaço urbano, *um possível* ?

O LAZER NO COTIDIANO: LIMITAÇÕES E VIRTUALIDADES

A vida social da Favela Goiti, apesar de reproduzir as relações próprias do sistema capitalista (os alugueis, as compras e vendas internas de moradias, lotes e cômodos, etc.), antes de ser urbanizada podia ser considerada, especialmente, como uma manifestação de resistência, enquanto ocupação ilegal, morfologicamente "irregular", de camadas da população

privadas do acesso à terra e à habitação dentro dos padrões da ordem estabelecida.

Com a seleção da Favela Goiti para um projeto de urbanização, estabeleceu-se um conflito entre o poder municipal e a comunidade local. Conforme a tendência capitalista de homogeneização do espaço, o poder municipal impôs um projeto padronizado, desconsiderando, pois, aspectos importantes do cotidiano dos moradores. Com isso, emergiram lideranças locais, tendo sido criada a Associação de Moradores do Empreendimento Nova Goiti. Se o poder público (homogeneizante) capturou um espaço de diferença, com a urbanização da Favela Goiti, o conflito estabelecido explicitou efetivamente a existência de uma resistência. Em suas lutas, a Associação de Moradores do Empreendimento Nova Goiti teve importantes vitórias.

Além de tender para a homogeneização, no capitalismo, o espaço apresenta-se fragmentado, estando ligado a uma prática social voltada à segregação. A Favela Goiti localiza-se na Zona Leste da cidade de São Paulo, uma região marcadamente pobre, que se expandiu segundo os moldes do padrão periférico de crescimento urbano.

O levantamento empírico indicou que a maioria dos moradores da Favela Goiti – mesmo habitando na periferia e pertencendo a um segmento de classe que não tem acesso a uma habitação nos padrões legais (daí sua condição de favelados), como outros moradores da região – não está excluída (como não estava, mesmo antes da implantação do Projeto Cingapura) da cotidianeidade. Dentro de uma precária organização material, trabalho, família e lazer constituem a unidade (contraditória) da vida de grande parte dos entrevistados.

Contraditória porque fragmentada, na medida em que trabalho, família e lazer são vividos em tempos e espaços diferentes (separados) pelos moradores da comunidade. Somente estiveram desvinculados dessa unidade fragmentada aqueles que por um período romperam completamente com o trabalho e a família, vivendo assim, durante esse tempo, à margem da cotidianeidade.

O estudo revelou que as práticas de lazer dos habitantes da Goiti refletem o processo de segregação espacial urbana. Os moradores da Favela têm dificuldade de acesso aos espaços públicos de lazer de outras regiões da cidade e, em função dos transportes, mesmo a locais públicos nem tão distantes da Favela (o Parque do Carmo e o SESC Itaquera). Na região em que vivem (Zona Leste), os espaços produzidos pelo Estado não atendem à demanda da população. Mas como o tempo livre é vivido?

Dentro da Favela pode-se observar crianças brincando na rua, meninos jogando futebol, mulheres conversando, os bares sempre cheios...

Os adolescentes entrevistados (13 a 19 anos) trabalham e estudam. Moram com a família. Assistem aos programas de televisão, ouvem música no rádio e vão aos shows do Parque do Carmo. As jovens gostam de frequentar programas de auditório, o CERET (Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador) no Tatuapé, ou um salão de dança próximo. Os moços, além de jogarem futebol, assistem às partidas nos estádios do Morumbi, Pacaembu e Canindé.

Devido às excursões escolares, o grupo dos adolescentes é o único que, eventualmente, tem oportunidade de frequentar espaços de lazer fora da Zona Leste.

Os depoentes da faixa etária de 20 a 30 anos (com exceção de um)

estavam desempregados no momento da entrevista. Assim, mesmo vivendo de acordo com os tempos da vida cotidiana, não tinham acesso às práticas de lazer que desfrutavam quando engajados no mercado de trabalho. Recordaram o tempo em que iam a barzinhos ou casas noturnas, próximos do emprego. Apenas um deles costumava freqüentar cinemas. Atualmente, ouvem música, assistem a programas de televisão, reúnem-se em casa com os amigos.

Os adultos de 31 a 60 anos são extremamente carentes de lazer. As mulheres dedicam o tempo livre à família, enquanto os homens freqüentam os bares locais.

Os idosos vão à igreja, às praças e ao mercado. Sendo migrantes, têm em comum uma importante particularidade: as diversas práticas vividas nas suas cidades de origem são extremamente valorizadas. Em suas representações, o lazer na cidade de São Paulo é negado, aparecendo associado ao perigo, à violência.

Outra dimensão da segregação espacial foi apreendida através da constatação de que a freqüência a espaços de lazer da Zona Leste significa o consumo de bens culturais diferentes daqueles dos espaços de lazer da região Sudoeste (como, por exemplo, os eventos musicais do Parque Ibirapuera e os do Parque do Carmo). Os habitantes da Nova Goiti que colaboraram para a realização deste estudo, denunciam a cisão entre a cultura de massa e a cultura de elite (Lefebvre, 1991 a). Ao mesmo tempo, demonstram a existência de uma cultura popular cujas práticas, representações e formas de consciência possuem lógica própria. Se suas práticas de lazer são distintas daquelas vividas pela classe dominante, suas representações vivem o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência (Chauí, 1986).

Além das representações do lazer vivido, os moradores da Goiti percebem práticas do lazer a que não têm acesso, que conhecem através dos meios de comunicação de massa, da produção ideológica. "*Presenças na ausência*", conforme Lefebvre, essas representações são marcadas por aspirações de consumo de práticas de lazer internalizadas pelos depoentes ao longo de seu processo de socialização e pela impossibilidade de efetivação das mesmas.

Mediações entre o vivido e o concebido, as representações do lazer dos moradores da Favela Goiti tanto impedem como acenam para o novo, para a possibilidade de transformação.

A ideologia dominante está presente nas representações de todas as formas de lazer. No entanto, a pesquisa apontou algumas resistências, indicou algumas (poucas) virtualidades no uso do espaço urbano.

O desejo de que o espaço da rua pudesse ser usado para brincadeiras e para Festas Juninas, Carnaval, etc., presente nas representações de mulheres (que reclamaram dessa impossibilidade em função da violência) pode significar uma utopia que permita a indicação de um possível: um espaço marcado pela primazia do uso.

Espaços livres de violência são idealizadas por todas as mulheres. Essa representação vem imbuída de um pessimismo (a idéia de que a existência desse lugar é um sonho impossível) ao mesmo tempo em que se multiplica em imaginações esperançosas. Além da possibilidade de uso da rua, os espaços livres de violência são relacionados - nas representações das mulheres - a áreas verdes.

As representações sobre a necessidade de áreas verdes aparecem carregadas de contradições. O contato com a natureza, na cidade, é relacionado ao parque público.

Embora não faça parte do vivido dos habitantes da Goiti, o Parque do Ibirapuera, ideologicamente, aparece em muitas falas, como exemplo de área verde ideal. O Parque do Carmo, não tão distante da Favela, é percebido como de difícil acesso, pouco útil para eles.

A área verde aspirada, além de livre de violência, deveria existir por toda a cidade, ser facilmente acessível a todos, incorporada à vida de seus habitantes, enfim ser um espaço apropriado. Essa representação talvez também caminhe em direção à utopia da primazia do uso (em detrimento da troca) no espaço urbano: "*Um lugar enorme, uma área bem grande (...) que dá pra você ir a pé, voltar a pé, dá pra você ir e voltar sem nenhum problema (...) É um parque livre sabe? Livre, sabe?*" (Margô).

O aspecto idílico da relação do homem com a natureza presente em algumas representações parece oriundo de outro momento histórico. Se a necessidade de contato com a natureza ou a preservação do parque, em alguns momentos pode ser identificada com o discurso ambientalista, as depoentes não chegam, contudo, a elaborar uma representação referente ao direito à qualidade de vida ou ao direito coletivo à natureza.

A resistência à ação do Estado (por ocasião da implantação do Cingapura) se expressa nos discursos e nas lutas, nestas estando incluído o contra-projeto por eles elaborado com o apoio do Movimento de Defesa de Favelados.

A criação de parques é vista pelos entrevistados como responsabilidade do Estado. Entretanto, o contra-projeto (que propunha a implantação de equipamentos sociais na área) não incluía a criação de uma área verde. No plano das representações, ele esteve presente ao lado dos outros bens

socialmente necessários para se viver no meio urbano. A preocupação com o uso do tempo livre foi manifestada com a reivindicação de um centro de convivência e de um campo de futebol.

As representações sobre futebol constituem um exemplo no qual o representado está presente na vida cotidiana, faz parte do vivido (enquanto prática). O concebido refere-se a uma ideologia surgida durante o Estado Novo que coloca o futebol como elemento fundante da identidade cultural brasileira. Em torno dela aparecem representações (extremamente exploradas pela mídia) sobre a possibilidade de ascensão social através do esporte.

As críticas ao campo de futebol do Cingapura e as mobilizações dos homens no sentido de criarem outro campo (de acordo com as suas necessidades) também constituem uma forma de resistência à intervenção do Estado na área.

Outra forma de resistência aparece na fala de Dona Maria de Lourdes a respeito da Praça da Sé. Enquanto a representação dominante a coloca como "decadente", a entrevistada a percebe como um lugar, embora perigoso, muito bonito. Identifica-se com o uso do espaço pelos seus conterrâneos nordestinos. Diferencia os frequentadores, distinguindo os "maus elementos" dos outros usuários da Praça.

Se nas entrevistas das mulheres apenas o parque é associado à idéia de lugar de lazer e de contato com o verde, na fala da depoente mais idosa, as praças e os jardins também foram apontados como espaços públicos a serem frequentados nos momentos livres. O uso da praça está presente na memória dos entrevistados mais velhos.

Apesar das resistências encontradas, a arquitetura do prazer e da alegria, da comunidade, da primazia do

uso em detrimento da troca, está para ser criada. Enquanto isso, as massas - que no mais profundo nível (inconsciente) procuram a diferença - em sua luta pela sobrevivência, continuam obrigadas a enfrentar as forças de homogeneização.

* *Fernanda M. Haddad é arquiteta com mestrado pela FAU/USP e doutoranda no DPU (Development Planning Unit) da Bartlett School-UCL, em Londres.*

NOTAS

1- O presente artigo baseia-se na Dissertação de Mestrado "Práticas e representações do lazer dos moradores da Favela Goiti", por mim apresentada à FAU-USP, em 1999.

2- A Lei de Usucapião se refere a um mecanismo jurídico pelo qual a posse do imóvel se converte em domínio pleno do mesmo mediante documento hábil em cartório. De acordo com o Código que vigorou entre 1916 a 1955 os prazos para adquirir o domínio do imóvel ordinariamente eram de vinte anos entre ausentes e dez entre presentes. Pela Lei nº 2.437 de 7/3/55 tais prazos foram alterados para dez anos entre presentes e quinze entre ausentes, desde que o possuidor tivesse o imóvel como seu, "contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé". Pelo novo Código Civil, que entrou em vigor em janeiro de 2003, os prazos do usucapião ordinário foram reduzidos respectivamente para dez e cinco anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDUKI, Nabil Georges
(1998) *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo, Estação Liberdade, FAPESP.
- CHAUÍ, Marilena de Souza
(1981) *O que é ideologia*. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos)
- CHAUÍ, Marilena de Souza
(1994) *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense.

- GOHN, Maria da Glória
(1991) *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo, Loyola.
- GOTTDIENNER, Mark
(1994) *The social production of urban space*. Austin, University of Texas Press.
- KOWARICK, Lúcio
(1997) "Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente". In: *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. (40): 105-113 São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos.
- LEFEBVRE, Henri
(1983) *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*. Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- LEFEBVRE, Henri
(1991a) *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática.
- LEFEBVRE, Henri
(1991b) *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes.
- LEFEBVRE, Henri
(1998) *The production of space*. Blackwell Publishers Ltd.
- LUFTI, Eulina Pacheco et alii
(1996) "As representações e o possível". In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, p. 87-97.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor
(1984) *Festa no Pedacão. Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Brasiliense.
- OSEKI, Jorge Hagime
(1996) "O único e o homogêneo na produção do espaço". In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, p.109-119.
- SOJA, Edward W.
(1994) *Postmodern Geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London-NewYork, VERSO.
- TASCHNER, Suzana Pasternak
(1997) "Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas". In: *Cadernos de Pesquisa do LAP. Revista de estudos sobre urbanismo, arquitetura e preservação*. (18) São Paulo, USP, mar-abr.
- VILLAÇA, Flávio J. Magalhães
(1998) *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel / FAPESP / Lincoln Institute.